

O PRINCÍPIO DA VARIAÇÃO E O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO EM TERMINOGRAFIA BILÍNGUE: UMA PESQUISA SOBRE O MARCO NORMATIVO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO, PORTUGUÊS E ARGENTINO

Fidel Pascua Vilchez*

Resumo: Neste trabalho, analisa-se o resultado de uma pesquisa sobre o léxico acadêmico incluído no marco normativo universitário (MNU) do Brasil, de Portugal e da Argentina para a elaboração de uma base de dados terminológica e um glossário bilíngue bidirecional de termos acadêmicos da Educação Superior. No total, são registrados oito tipos diferentes de ocorrências que abrangem: a equivalência absoluta entre conceitos, equivalência parcial, variações diatópicas em português brasileiro e português europeu ou ausência de equivalência entre conceitos dos MNUs. Perante a falta de uniformidade entre os conceitos e termos registrados nos *corpora* de documentos analisados, são aplicados o Princípio da Variação e o Princípio da Adequação propostos por Cabré (1998) em sua Teoria Comunicativa da Terminologia, no intuito de oferecer ao consulente soluções desde uma perspectiva binacional-monolíngue e binacional-bilíngue. Conclui-se que o Princípio da Variação aporta soluções à problemática binacional-monolíngue em língua portuguesa e, por sua vez, o Princípio da Adequação faz o mesmo no contexto binacional e bilíngue envolvendo línguas neolatinas. Confirma-se também que ocorre, dentro da terminologia acadêmica, o fenômeno linguístico relacionado com a semântica e conhecido como *falsos cognatos*.

Palavras-chave: Princípio da Variação, Princípio da Adequação, Teoria Comunicativa da Terminologia, Terminografia bilíngue, Marco normativo universitário.

Abstract: In the present paper, it's analysed the results of a research on academic vocabulary included in the legal framework of University (LFU) of Brazil, Portugal and Argentina to create a terminological database and a bidirectional bilingual glossary of Higher Education academic terms. Eight different cases in total are recorded, including: full equivalence between concepts, partial equivalence, diatopic variations in Brazilian Portuguese and in Portugal Portuguese or lack of equivalence between LFUs concepts. Before lack of uniformity between concepts and terms recorded in corpora of documents, we applied Principle of Variation and Principle of Adequation, proposed by Cabré at her Communicative Theory of Terminology, in order provide solutions to consultant, from a binational – monolingual and from a binational–bilingual perspective. We conclude that Principle of Variation and Principle of Adequation provide solutions to the binational–monolingual appointing problems in Portuguese and, besides, Principle of Adequation is equally useful in binational–bilingual contexts in Neo–Latin languages. It was confirmed that, even within academic terminology, the linguistic phenomenon, connected to semantics and known as *false cognates* occurs.

Keywords: Principle of Variation, Principle of Adequation, Communicative Theory of Terminology, Bilingual terminography, Higher education framework.

* Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História (ILAACH); Centro Interdisciplinar de Letras e Artes (CILA); Ciclo Comum de Estudos (CCE); Área de Letras/ Linguística; Subárea de Língua Espanhola. Foz do Iguaçu – PR, Brasil. Email: fidel.vilchez@unila.edu.br

Introdução

No presente trabalho, divulgamos o resultado de uma pesquisa sobre a terminologia acadêmica no contexto do marco normativo universitário (doravante MNU). A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal a criação de duas ferramentas de consulta bilíngues e bidirecionais em português e espanhol: um banco de dados terminológico e um glossário terminológico bilíngue, destinados a auxiliar a discentes, docentes, técnicos em assuntos educacionais (TAEs) e pessoas relacionadas com a divisão acadêmica das instituições de ensino superior brasileiras e argentinas. Inclusive, foram registradas as variações diatópicas do português europeu em relação ao português brasileiro.

Para tanto, foi feita uma revisão de documentos normativos do Brasil, de Portugal e da Argentina, correspondentes ao Ministério da Educação e Ciência do Brasil, do Ministério da Educação e Ciência de Portugal e do *Ministerio de Educación de la República Argentina*. Para completar as informações, foi selecionada uma Universidade de cada um desses três países: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de Coimbra (UC) e Universidad de Buenos Aires (UBA) e foram acrescentados aos *corpora* de documentos seus estatutos, regimentos, pareceres, resoluções etc.

A análise documentária mostrou diferentes tipos de equivalências terminológicas e relações conceituais que variaram desde: a equivalência absoluta nos três MNUs analisados, equivalência parcial, variações diatópicas em português brasileiro e português europeu ou ausência de equivalência entre conceitos dos MNUs. Foram registrados até oito tipos de ocorrências diferentes, detalhados nas seções posteriores a esta Introdução.

O referencial teórico que guiou a pesquisa foi a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e, de maneira muito significativa, dois de seus princípios fundamentais: o Princípio de Variação e o Princípio da Adequação. Esses dois princípios são os pilares fundamentais da TCT, surgida na Catalunha há duas décadas, formulada pela pesquisadora Maria Teresa Cabré (1998) e desenvolvida em seu grupo de pesquisa IULATERM.

A TCT surgiu como tentativa de renovação dos postulados teóricos da Teoria Geral da Terminologia (TGT), como também fizeram a Socioterminologia ou a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST).

Motivada pela falta de explicações e descrições nos postulados teóricos da TGT, Cabré construiu um novo modelo teórico aplicado aos termos, considerando-os unidades *in vivo*, ou seja, de maneira real, natural e espontânea, como aparecem nas diferentes situações comunicativas e, conseqüentemente, variáveis:

Una terminología especializada destinada a representar el conocimiento *in vitro* no requiere las mismas condiciones que una terminología que tiene que circular *in vivo*. Y la diferencia entre una y otra se basa más en el nivel de verosimilitud que debe poseer que en la distinción que se ha establecido entre terminología de gabinete (o terminología planificada) y terminología social. La terminología fundamentalmente representacional puede ser perfectamente artificial y arbitraria, y puede controlar al máximo la variación, preservando, pues, el principio de univocidad y monosemia de la teoría clásica. La terminología básicamente comunicacional natural, en cambio, debe ser necesariamente real, en el sentido que tiene que ser efectivamente, directamente y fundamentalmente utilizada, y, si es real, presenta variación (CABRÉ, 1998b, p. 80).

A TCT, assim, tem uma perspectiva descritiva do fenômeno terminológico e possibilita a variação. Só depois da recensão das ocorrências poderá ser estabelecida sua redução ou não; entretanto, a Terminologia clássica, representativa do conhecimento padronizado, é prescritiva e rejeita a variação:

La propuesta pretende dar cuenta de los términos como unidades singulares y a la vez similares a otras unidades de comunicación, dentro de un esquema global de representación de la realidad, admitiendo la variación conceptual y denominativa y teniendo en cuenta la dimensión textual y discursiva de los términos (CABRÉ, 2005, p. 136).

Em consequência, a TCT estuda os termos em seu contexto comunicativo especializado e introduz, como um dos eixos fundamentais da sua proposta teórica, o conceito de Princípio da Variação:

Todo proceso de comunicación comporta inherentemente variación, explicitada en formas alternativas de denominación del mismo concepto (sinonimia) o en apertura significativa de una misma forma (polisemia). Este principio es universal para las unidades terminológicas, si bien admite diferentes grados según las condiciones de cada tipo de situación comunicativa. El grado máximo de variación lo cumplirían los términos de las áreas más banalizadas del saber y los que se utilizan en el discurso de registro comunicativo de divulgación de la ciencia y de la técnica; el grado mínimo de variación es el propio de la terminología normalizada por comisiones de expertos; el grado intermedio lo representa la terminología usada en la comunicación natural entre especialistas (CABRÉ, 2005, p. 85).

Portanto, a Terminologia Comunicativa deve ser descritiva e o terminólogo decidirá se deve reduzir ou não a variação que apresente um termo somente após a recensão de ocorrências; entretanto, a terminologia representativa do conhecimento padronizado poderá ser prescritiva e impedir a existência de variação.

De acordo com Cabré (1998b, p.81), cada tipo de terminologia está dirigida a um fim específico: o primeiro tipo está orientado mais à tradução, expressão especializada e normatização de línguas em contextos sociolinguísticos governados por leis que admitem variação; o segundo está voltado à padronização da comunicação internacional, à documentação, a determinadas políticas linguísticas interventivas e à engenharia do conhecimento.

Além do Princípio da Variação, a TCT introduz o Princípio da Adequação, mediante o qual o trabalho terminológico aplicado varia em função das circunstâncias temáticas, sociolinguísticas, funcionais e contextuais em que este é desenvolvido.

Portanto, a tradução terminológica leva em conta o contexto específico, as línguas de partida, de chegada e a finalidade da obra terminográfica. Resolver um problema terminológico na tradução pressupõe considerar o tema, as circunstâncias e a motivação e os destinatários do dicionário, glossário, nomenclador etc:

La idea central de la metodología de la TCT es la de adecuación. Así, propone una metodología amplia que refleja los supuestos generales de la metodología de todo trabajo terminológico y los fundamentos obligatorios de la TCT. Esta metodología sirve de marco restrictivo para la actividad práctica. Con excepción de los principios mínimos que le sirven de marco, cada trabajo en concreto adopta una estrategia en función de su temática, objetivos, contexto, elementos implicados y recursos disponibles. La metodología pues, lejos de actuar como un corsé, se adapta a las circunstancias sin contravenir los principios; la adecuación metodológica está por encima de la unificación extrema. Así, un trabajo puede adoptar una perspectiva onomasiológica o semasiológica; puede partir de textos o de bancos de datos; puede procesar automáticamente textos en soporte digitalizado y aplicar detectores semiautomáticos que exigirán una profunda labor de supervisión; podrán proponerse la normalización de los términos de una materia o simplemente recoger los usos efectivos que los especialistas implicados hacen de ellos. En todos los casos se respetarán los mínimos pero cada uno adecuará la metodología a sus circunstancias. (CABRÉ, 2005, p. 137).

Assim, os postulados da TCT e, principalmente, seus dois princípios fundamentais deram o suporte teórico necessário para elaborar o banco de dados terminológico e o glossário

bílingue, permitindo registrar as variantes diatópicas do português brasileiro (PB) e do português de Portugal (PP), relacionando-as com seu equivalente no espanhol da Argentina (EA), as quais foram caracterizadas em até oito tipos de ocorrências diferentes, descritas a seguir.

Mesmo conceito e mesma UT nos três MNUs: PB crédito/ PP crédito/ EA *crédito*

Existe um sistema acadêmico baseado na relação entre a atividade acadêmica, o trabalho do estudante e o tempo em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem. A unidade de medida que relaciona esses três fatores é o crédito. Assim, qualquer disciplina, atividade acadêmica etc., tem um valor em créditos.

Cada MNU apresentou sua própria definição de *crédito*, mas isso não quebrou a equivalência dos conceitos expressos:

O sistema acadêmico para os Cursos e Programas de Pós-Graduação é o de *crédito*. O *crédito* corresponde a quinze (15) horas-aula por semestre. (Universidade Estadual de Londrina, Regimento Geral, Art. 79º § 1º, grifo nosso).

Crédito - Unidade de medida do trabalho do estudante, sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projectos, trabalhos no terreno, estudos e avaliação (Universidade de Coimbra, Regulamento Académico, Art. 3º § 12, grifo nosso).

[...] se establece la duración de los estudios, como se ha venido haciendo hasta la fecha, sobre la base de UN (1) *crédito* = DIECISÉIS (16) horas presenciales de SESENTA (60) minutos (Universidad de Buenos Aires, Resolución CS Nº 5.918/12, Considerando 7, grifo nosso).

Nesse caso, embora o valor do crédito não seja igual em cada instituição, o conceito que relaciona atividade do estudante e tempo é o mesmo em todas. Foi registrada uma equivalência absoluta entre significantes e significados, como aconteceu também nos casos de: PB especialista/PP especialista/EA *especialista*; PB câmpus/PP câmpus/EA *campus*; PB diploma/PP diploma/EA *diploma* etc. São os que apresentaram o grau de equivalência maior e, ao mesmo tempo, menor necessidade de adequação na elaboração da base de dados e do glossário.

Mesmo conceito nos três MNUs e mesmas UTs em português e espanhol, com a variação própria do idioma: PB *admissão*/ PP *admissão*/ EA *admisión*

As instituições de ensino superior disponibilizam uma série de vagas para cada curso. O número de vagas por curso ofertadas pode ser limitado, como acontece nas universidades públicas brasileiras, ou sem limite de vagas, no caso da UBA, atendendo questões de espaço, infraestruturas, etc. A Universidade poderá estabelecer critérios, provas de seleção, etc., para determinar quais candidatos são os mais indicados para ocupar essas vagas e, finalmente, contemplados os requisitos, admitir o concorrente para ingressar na instituição como estudante.

A *admissão* inicial aos cursos de graduação oferecidos pela Universidade será feita mediante Processo Seletivo, abrangendo os conhecimentos comuns das diversas formas de educação do Ensino Médio, sem ultrapassar este nível de complexidade (Universidade Estadual de Londrina, Regimento Geral, Art. 32º, grifo nosso).

O despacho referido no número anterior publicita, entre outras, as regras de *admissão* no curso/ciclo de estudos, as normas de candidatura, os critérios de seleção e seriação, o número mínimo de estudantes para abertura do curso/ciclo de estudos, o processo de fixação e divulgação das vagas e os prazos de candidatura, devendo ser actualizado quando houver alterações às condições inicialmente fixadas (Universidade de Coimbra, Regulamento Académico, Art. 6º § 3, grifo nosso).

En las Universidades con más de cincuenta mil (50.000) estudiantes, el régimen de *admisión*, permanencia y promoción de los estudiantes será definido a nivel de cada facultad o unidad académica equivalente (República Argentina, Ley Nº 24.521 - Ley Nacional de Educación Superior, Art. 50º, grifo nosso).

Outros exemplos do mesmo tipo registrados nos *corpora* foram: PB ingresso/PP ingresso/EA *ingreso*; PB doutor/PP doutor/EA *doctor*; PB especialização/PP especialização/EA *especialización* etc.

Os exemplos mostraram, como no caso anterior, uma equivalência absoluta entre os conceitos e as UTs que os representam, com apenas a variação própria das terminações das palavras em português e espanhol, a qual também não supôs muita dificuldade quanto ao estabelecimento das equivalências e a elaboração do glossário.

Mesmas UTs nos três MNUs mas diferentes conceitos: PB licenciatura/ PP licenciatura/ EA licenciatura

Nos dados analisados da universidade brasileira, foi registrado um tipo de curso de graduação, com carga horária determinada e valor em créditos, organizado em disciplinas, atividades acadêmicas diversas e, geralmente, estágio ou prática supervisionada e apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entre as atividades acadêmicas e disciplinas incluídas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com habilitação licenciatura, estão as de natureza pedagógica e/ou metodológica, orientadas à preparação do estudante para a docência.

Em Portugal, após a entrada em vigor do Plano de Bolonha, que mudou a organização dos cursos nas Universidades europeias, visando a estabelecer os mesmos padrões de ensino e títulos equivalentes na Europa, o curso de Primeiro Ciclo - Licenciatura reduziu sua carga horária e, ao mesmo tempo, foram criados mestrados específicos para o ensino na Educação Secundária. Mesmo assim, é o único tipo de curso de graduação de nível universitário a ser oferecido pelas universidades portuguesas. Inclusive, foram registrados dois significantes sinônimos, duas variantes, para o mesmo conceito: *primeiro ciclo* e *licenciatura*.

Por sua vez, na Argentina, os cursos com nível de licenciatura têm uma carga horária total similar aos brasileiros, mas não incluem em seus currículos as disciplinas de natureza pedagógica nem o estágio (*pasantía* ou *práctica supervisada*). Somente o nível *Profesorado* inclui essas atividades. Quem quiser exercer a docência no ensino secundário ou na universidade precisará obter o título de *Profesor*.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de *licenciatura*, de graduação plena, em Universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (República Federativa do Brasil, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 62º, grifo nosso).

A *Licenciatura* de Física tem por objectivo fornecer uma sólida formação científica em Física Clássica e Física Moderna e desenvolver competências que permitam ao futuro diplomado responder aos desafios de um leque diversificado de profissões. O 1º ciclo de estudos prepara o diplomado para prosseguir os estudos no 2º ciclo. Confere também formação suficiente para um conjunto de saídas profissionais que não exijam forte especialização em Física. Alguns exemplos destas saídas profissionais são: lugares técnicos em instituições públicas ou privadas (bancos, companhias de seguros, indústria),

animadores e divulgadores de ciência, desenvolvimento de *software* e outras actividades no ramo da informática (Universidade de Coimbra, Licenciatura em Física, p. 1, grifo nosso).

Para obtener el título de Profesor además de las materias del CBC se deben cursar 10 materias y/o seminarios comunes con la *licenciatura*, y 6 materias específicas del Área de Enseñanza Media y Superior. En ambas opciones de titulación, *Licenciatura* o Profesorado, deben aprobarse tres niveles de un idioma sajón (inglés o alemán) y de uno latino (francés, italiano o portugués) (Universidad de Buenos Aires, Plan de Estudios Licenciatura en Geografía, p. 1, grifo nosso).

Esse caso particular resulta bastante problemático e constitui um caso de *falso cognato terminológico* entre o português brasileiro e o espanhol da Argentina, pois a homonímia de *licenciatura* entre os três MNUs e a noção comum de que o significante se refere a um tipo de curso de graduação pode induzir a pensar que o significante homônimo está associado a um conceito comum e unívoco, mas, na realidade, não é. Portanto, foi preciso procurar o equivalente mais adequado no caso do EA (*profesorado*) e fazer as ressalvas necessárias no item *Observações* da base de dados e depois no glossário em relação a seu homônimo em PP:

PP licenciatura *f*/ curso de primer ciclo *m*. Em Portugal, após a entrada em vigor do Plano de Bolonha, a licenciatura precisa ser complementada com um mestrado específico, voltado ao ensino na Educação Secundária, para poder exercer a docência nesse nível; mesmo assim é o único tipo de curso de graduação oferecido. Na Argentina, os cursos de *Licenciatura* não incluem as disciplinas pedagógicas e/ou metodológicas; o nível *Profesorado*, sim, as inclui (PASCUA VÍLCHEZ, 2014, p. 210).

Mesmo conceito nos três MNUs e diferentes UTs em cada um: PB plano de ensino/ PP ficha de unidade curricular/ EA *programa analítico*

Nos dados analisados da universidade brasileira, existe um tipo de documento conhecido como *plano de ensino* que informa aos estudantes o detalhamento de uma disciplina ou atividade acadêmica quanto aos seguintes itens: nome, ementa, conteúdo programático, objetivos, metodologia, cronograma, carga horária, valor em créditos, avaliação, recuperação, bibliografia recomendada etc. Normalmente, esse plano de ensino costuma ser disponibilizado em papel aos estudantes no primeiro dia de aula ou,

simplesmente, o professor encarregado de ministrar a disciplina informa da sua existência no *site* do curso.

No entanto, apesar de esse mesmo conceito existir, no mesmo contexto, tanto na universidade portuguesa quanto na argentina, sua denominação varia: ficha de unidade curricular e *programa analítico*, respectivamente. O *programa analítico* está composto por: *introducción, objetivos generales, objetivos específicos, contenidos, metodología, evaluaciones, bibliografía*. Basicamente idêntico ao nosso plano de ensino.

Aqui foi detectado claramente um dos tipos de variação estabelecidos pela TCT: a variação diatópica, pela qual dentro do mesmo código linguístico (no caso, o português) existem dois significantes para o mesmo conceito, em função da variedade europeia ou americana da língua portuguesa: *plano de ensino* para o PB e *ficha de unidade curricular* para o PP.

Será aprovado na atividade acadêmica essencial Projeto de TCC o estudante que atingir ao menos média 6,0 (seis) e que tiver pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades programadas no *plano de ensino* (Universidade Estadual de Londrina, Regulamento do TCC de Zootenia, Art. 20º, grifo nosso).

Ficha de Unidade Curricular (FUC) — documento que contém obrigatoriamente os objetivos, expressos como um conjunto de competências a adquirir pelos estudantes, os métodos de ensino e de aprendizagem, os métodos de avaliação e as condições especiais para a obtenção de frequência que são praticados na unidade curricular, de acordo com o modelo utilizado no sistema de informação, permitindo ao estudante planejar em devido tempo o seu estudo e acompanhamento das aulas (Universidade de Coimbra, Regulamento Académico, Art. 3º § 25, grifo nosso).

Facultad de Odontología - Aprueba el *Programa Analítico* de la asignatura Anatomía General correspondiente al Plan de Estudios de la carrera de Odontología aprobado por Resolución (CS) N° 2985/99 y modificatorias (Universidad de Buenos Aires, Expediente UBA 40.864/2013, grifo nosso).

No mesmo grupo, estão, por exemplo: PB disciplina/ PP unidade curricular/ EA *materia* etc.

Mesmo conceito nos três MNUs, mas diferentes UTs em português e em espanhol: PB matrícula/ PP matrícula/ EA *inscripción*

O conceito presente nessas três UTs é o seguinte: existe um vínculo formal entre uma pessoa e uma instituição de Ensino Superior, pelo qual a pessoa adquire a condição de estudante de um curso determinado, o direito de frequentar as aulas, fazer provas, usufruir as instalações, associar-se com os outros estudantes, obter graus e títulos profissionalizantes, etc; ao mesmo tempo, a instituição exige o compromisso do estudante de frequentar as aulas no regime de frequência determinado, cumprir com suas obrigações acadêmicas, participar da vida da Universidade etc.

Esse vínculo formal é expresso nos *corpora* de documentos analisados do MNU brasileiro como *matrícula*; porém, no MNU argentino, o vínculo entre a pessoa e a instituição é através da *inscripción*; no entanto, na universidade argentina, o termo *matrícula* refere-se ao vínculo do estudante com uma determinada disciplina.

As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão *matrícula* nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio (República Federativa do Brasil, Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 50°, grifo nosso).

Matrícula — acto pelo qual o estudante se vincula à UC, adquire a qualidade de estudante e o direito à inscrição num dos seus cursos ou ciclos de estudos (Universidade de Coimbra, Regulamento Académico, Art. 3° § 36, grifo nosso).

Una vez formalizada la *inscripción* en la Universidad el estudiante cursará su carrera de grado de acuerdo con las normas vigentes, en la Universidad y en cada una de sus Unidades Académicas, comunes para toda la población estudiantil (Universidad de Buenos Aires, Resolución CS 3.836/11, Art. 6°, grifo nosso).

Conceito no MNU brasileiro sem equivalência específica no MNU argentino e vice-versa, mas de alto grau de equivalência: PB semestre sabático/ PP semestre sabático/ EA semestre sabático

Este tipo de ocorrência já era previsível, no momento de iniciar a pesquisa, pois cada país tem sua própria realidade, embora a organização acadêmica do Ensino Superior seja, *grosso modo*, muito similar em todas as instituições.

Nos dados coletados da universidade paranaense, todo docente universitário tem o direito de afastamento, a cada 7 anos de serviço, para a realização de estudos e

aprimoramento técnico-profissional, pelo período letivo de um semestre, sem perda de remuneração. Esse direito está expresso mediante o termo *semestre sabático*: “Os docentes com sete (7) anos de exercício efetivo na Universidade têm direito ao *semestre sabático*, com remuneração integral” (Universidade Estadual de Londrina, Regulamento do Pessoal, Art. 76°, grifo nosso).

Esse mesmo direito existe também na universidade argentina e assim está registrado no seu MNU; entretanto, o período letivo ao qual o docente tem direito é maior: um ano; portanto, o termo específico do MNU argentino é *ano sabático*.

Se instituye el *año sabático* para los profesores regulares de la Universidad. El Consejo Superior dicta la reglamentación correspondiente a esta institución sobre la base de que el personal docente regular ejerce el derecho y cumple el deber de concurrir periódicamente a los grandes centros de investigación para renovar sus ideas y conocimientos (Universidad de Buenos Aires, Estatuto, Art. 50°, grifo nosso).

Nesse caso, a adequação entre os dois termos foi possível sem causar nenhuma falsa interpretação de sentido. Assim, como termo equivalente a PB semestre sabático, foi criado um outro EA *semestre sabático*, com a necessária observação, indicando a diferença de período letivo estabelecida nos diferentes MNUs, facilitando, desse jeito, sua compreensão e uso na língua de chegada. Entretanto, não foi criada, como língua de partida, uma UT EA *semestre sabático* na base de dados, nem no glossário, porque, de fato, não foi registrado no *corpus* argentino de documentos analisados.

Semestre sabático m Direito de afastamento por um semestre letivo ao que tem direito o docente efetivo com sete anos de serviço para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional. “Os docentes com sete (7) anos de exercício efetivo na Universidade têm direito ao <semestre sabático>, com remuneração integral”. Regulamento do Pessoal da Universidade Estadual de Londrina, Art. 76. EA *semestre sabático m*. Na Argentina, o período sabático ao que o docente tem direito é de um ano (PASCUA VÍLCHEZ, 2014, p. 234).

Exemplo: EA *año sabático*/ PB ano sabático

Da mesma maneira, na base de dados e no glossário com língua de entrada EA, foi registrado o termo *año sabático* e adequado para seu correspondente em PB ano sabático,

com a necessária observação e sem oferecer na língua de entrada a UT PB ano sabático, pois ele não constou no *corpus* brasileiro analisado.

Año sabático m Período de doce (12) meses durante los cuales el profesor regular con dedicación exclusiva o semiexclusiva es eximido de toda obligación docente con el fin de perfeccionarse mediante la realización de trabajos de investigación y el desarrollo de tareas científicas o estudios de posgrado y la preparación de publicaciones, todo ello dentro del campo de su especialidad y de acuerdo con un plan de tareas. “Se instituye el <año sabático> para los profesores regulares de la Universidad. El Consejo Superior dicta la reglamentación correspondiente a esta institución sobre la base de que el personal docente regular ejercita el derecho y cumple el deber de concurrir periódicamente a los grandes centros de investigación para renovar sus ideas y conocimientos”. Estatuto de la Universidad de Buenos Aires, Art. 50. PB *año sabático m*.

En Brasil, el periodo sabático al que tiene derecho el docente es de un semestre (PASCUA VÍLCHEZ, 2014, p. 247).

Conceito no MNU brasileiro sem equivalente específico no MNU argentino e vice-versa, mas com relativo grau de equivalência: PB programa de pós-graduação stricto sensu/ EA carrera de posgrado

Neste caso, os conceitos estão relacionados entre si: ambos compartilham a característica de abrangerem cursos pertencentes ao nível de Pós-Graduação; mas, no caso do MNU brasileiro, é acrescentada uma característica a mais (*stricto sensu*), que remete apenas aos cursos de Mestrado e Doutorado, sem correspondência específica no MNU argentino, pois, na universidade argentina, não se distingue entre *stricto sensu* e *lato sensu*, existindo apenas o termo *carrera de posgrado*, que inclui: *carreras de especialización*, *carreras de maestría* e *carreras de doctorado*. Inclusive, as *carreras de especialización* conferem diploma e título aos seus concluintes, o que não acontece no caso do Brasil, pois aqui os cursos de Especialização apenas dão direito a um certificado.

Os cursos e programas regulares da Universidade são os seguintes: I. cursos de graduação; II. *programas de pós-graduação stricto sensu*, destinados ao mestrado e doutorado; III. cursos de pós-graduação *lato sensu*, destinados ao aperfeiçoamento e à especialização (Universidade Estadual de Londrina, Estatuto, Art. 26º, grifo nosso).

Las *carreras de posgrado* – sean de especialización, maestría o doctorado – deberán ser acreditadas por la Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria, o por entidades privadas que se constituyan con ese fin y que estén debidamente reconocidas por el Ministerio de Cultura y Educación (República Argentina, Ley N° 24.521, Art. 39º, grifo nosso).

Nesse caso, não era possível oferecer a UT EA *carrera de posgrado* como equivalente à UT PB programa de pós-graduação *stricto sensu*, pois não estaria sendo explicitada a característica de programa comum de estudos, nem a especificidade dos níveis Mestrado e Doutorado.

Foi preciso, então, adequar a UT de língua de partida PB para outra mais esclarecedora e, ao mesmo tempo, equivalente na língua de chegada EA. Para tanto, foi criada a UT na língua de chegada EA *programa de estudios de posgrado común a la maestría y el doctorado*, que é totalmente esclarecedora em espanhol e representa cem por cento o sentido da UT da língua de partida PB. Foi acrescentada, ainda, a necessária observação para os possíveis consulentes terem uma completa informação:

Na Argentina, não se distingue entre *pós-graduação stricto sensu* e *lato sensu*; existem apenas *carreras de posgrado*, nos níveis de *Especialización, Maestría y Doctorado*; a Especialização (*Carrera de Especialización*) confere diploma e título (PASCUA VÍLCHEZ, 2014, p.226).

Como procedemos no caso anterior, não foi oferecida a UT *programa de estudios de posgrado común a la maestría y el doctorado* como língua de partida EA nem na base de dados, nem no glossário, pois, de fato, não foi registrado no *corpus* de documentos do MNU argentino analisados.

No caso da universidade portuguesa, não foi registrado um termo específico para o nível de Pós-Graduação, mas três diferentes: 1º y 2º Ciclo – Mestrado Integrado; 2º Ciclo – Mestrado; 3º Ciclo – Doutorado.

EA *estudiante internacional vocacional*/PB *estudiante especial extranjero*

No sentido inverso, foram registrados no MNU argentino alguns conceitos sem equivalente absoluto no MNU brasileiro, mas sim com relativo grau de equivalência, que foi necessário adequar para poder criar uma UT alternativa em língua de chegada PB. Um exemplo ilustrativo está representado pela UT na língua de entrada EA *estudiante internacional vocacional*.

No *corpus* argentino, está registrada uma categoria específica de estudante: *estudiante internacional vocacional*, que se distingue das outras categorias e, portanto, o coletamos como UT. Suas características são: ser estudante, estrangeiro, estar matriculado em disciplinas isoladas como estudante especial, sem existir programa de intercâmbio com outra Universidade através de convênio:

Son *estudiantes internacionales vocacionales* los admitidos para el cursado de asignaturas de carreras de grado por la Universidad sin existencia de un convenio ni programa de movilidad (Universidad de Buenos Aires, Resolución CS 3.836/11, Art. 22°).

No entanto, no *corpus* brasileiro analisado, apenas foi registrada a categoria de *estudiante especial*, aquele matriculado em disciplinas isoladas, sem estar matriculado no curso completo. Embora apareça a expressão *estudiante estrangeiro* em algum documento, ela não está definida como uma categoria específica de estudante.

Neste tipo de caso, procedeu-se da mesma maneira que anteriormente com a língua de partida PB: foi criada uma nova UT equivalente em língua de chegada: PB estudante especial estrangeiro, a partir da já existente *estudiante especial*, e foi adicionado o adjetivo *estrangeiro*, para abarcar totalmente o significado que em EA expressa a UT *estudiante internacional vocacional*.

Conceito no MNU brasileiro sem equivalência no MNU argentino e vice-versa: PB ementa/ EA *resumen de la materia*

Foi registrado, no *corpus* brasileiro, um conceito referente a um dos componentes de necessária inclusão dentro do plano de ensino de uma disciplina qualquer, registrado como *ementa*, que consiste numa síntese, texto curto e resumido do essencial da matéria, a qual, em poucas linhas, oferece uma visão panorâmica dela.

Ementa: Equilíbrio de um ponto material. Equilíbrio de um corpo rígido. Vínculos e reações de apoio. Esforços internos solicitantes. Propriedades dos materiais. Tensões e deformações. Análise de tensões e deformações para esforço normal, flexão, cisalhamento e torção. Flambagem. Deslocamento em estruturas. Estruturas hiperestáticas. Modelagem estrutural.

(Universidade Estadual de Londrina, Deliberação da Câmara de Graduação Nº 011/2008, Art. 1º, grifo nosso).

No MNU argentino, foi registrado também um documento similar ao *plano de ensino* brasileiro, categorizado como *programa analítico*, que, assim como seu equivalente em português, apresenta título, objetivos, metodologia, conteúdos, referências etc. da disciplina, mas não a ementa.

Neste caso, não foram registrados nos MNUs das universidades portuguesa e argentina termos equivalentes à *ementa*, apesar de ter a particularidade de ser uma palavra do latim usada no registro acadêmico, o que, *a priori*, pareceria oferecer a possibilidade de propor a mesma UT para a língua de partida EA; porém, não foi registrado, ao longo da pesquisa, que *ementa* fosse um termo aplicado em nenhum dos documentos analisados no *corpus* do MNU argentino.

A adequação que foi aplicada, nesse caso, foi criar uma nova UT em língua de chegada EA que abrangesse o sentido pleno de PB ementa; assim, foi oferecido como equivalente a UT EA *resumen de la materia*, mas não foi incluída na base de dados nem no glossário como UT em língua de partida EA, pois não foi registrada sua existência no MNU argentino.

Exemplo: EA *Ciclo Básico Común*/PB Ciclo Básico Comum

Em sentido inverso, foi registrado no MNU argentino um conceito referente ao primeiro ciclo de estudos universitários que todo estudante da Universidad de Buenos Aires deve cumprir antes do Segundo Ciclo nas respectivas Faculdades:

El *Ciclo Básico Común* constituye el primer ciclo de los estudios universitarios y es requisito para el ingreso en el segundo ciclo a cursarse en las Facultades. Por primer ciclo se entiende el ciclo que habilita al estudiante para cursar la carrera elegida (Universidad de Buenos Aires, Resolución CS 3.421/88, Art. 1º y 2º, grifo nosso).

Isso constitui uma especificidade da Universidade bonaerense e, portanto, não existe um equivalente no MNU brasileiro.

Para solucionar essa situação e poder oferecer uma UT equivalente na língua de chegada PB, resolveu-se criar uma nova UT Ciclo Básico Comum em língua de chegada PB,

adequando o termo original para a língua portuguesa e acrescentando as necessárias observações na base de dados e no glossário: “El Ciclo Básico Común es una especificidad de la UBA, sin correspondencia en Brasil” (PASCUA VÍLCHEZ, 2014, p. 258).

Como acontecia no caso anterior, não foi oferecida a UT Ciclo Básico Comum como língua de partida PB, ao ser uma especificidade da UBA e não estar registrada no MNU brasileiro.

Conclusão

O Princípio da Variação deu a possibilidade de apresentar termos equivalentes em PB e em PP como variações diatópicas do mesmo conceito, como aconteceu, por exemplo, nos casos de: PB plano de ensino/PP ficha de unidade curricular, PB pesquisa/PP investigação, PB projeto de pesquisa/PP projecto de investigación, PB disciplina/PP unidade curricular, PB disciplina eletiva/PP unidade curricular eletiva etc.

Ao mesmo tempo, o Princípio da Adequação permitiu que conceitos incluídos nos MNUs brasileiro, português e argentino, não inteiramente equivalentes entre si, pudessem ser adaptados e oferecidos como equivalentes na língua de chegada, com as necessárias observações que pusessem de manifesto ou esclarecessem as particularidades dos conceitos relacionados entre si, como aconteceu nos casos de, por exemplo: PB matrícula/EA *inscripción/matricula*; PB curso de pós-graduação lato sensu/EA *carrera de posgrado/postítulo*; PB diferenciação da média e da frequência de aprovação/EA *modificación de las condiciones de aprobación*; PB reopção por curso diverso/EA *pase de carrera* etc.

Esse mesmo Princípio permitiu também criar termos equivalentes na língua de chegada em situações onde um conceito incluído no MNU na língua de partida não tinha seu equivalente na língua de chegada. Nesse caso, o termo criado na língua de chegada abarca o sentido pleno do conceito originário na língua de partida, com as pertinentes observações adicionais, se consideradas necessárias, que avisam o receptor da natureza do termo, como aconteceu, por exemplo, nos casos de: PB semestre sabático/EA *semestre sabático*; PB transferência ex officio/EA *transferência ex officio*; EA *alumno libre*/PB aluno livre; EA *beca de culminación de doctorado*/PB bolsa de finalização de doutorado etc.

Assim, acreditamos que, para qualquer trabalho terminológico de orientação nacional e plurilíngue ou plurinacional e plurilíngue que envolva léxico incluído em marco normativo

e dirigido a elaborar obras de consulta terminográficas, os postulados teóricos da TCT se mostram eficientes na resolução dos problemas específicos que geram o trabalho com duas ou mais línguas neolatinas.

O Princípio da Variação veio aportar soluções a uma problemática binacional e monolíngue em língua portuguesa, como acontece, por exemplo, no caso do Brasil e de Portugal. Por sua vez, o Princípio da Adequação aportou soluções a problemáticas de natureza binacional e bilíngue.

Cada país possui seu próprio MNU e, portanto, os conceitos podem ser diferentes. Nesse caso, podem aparecer: a) variantes para o mesmo termo, como simples variação ortográfica, por exemplo: PB projeto de extensão/PP projecto de extensão; b) variações de tipo léxico para expressar um mesmo conceito; por exemplo, PB disciplina/PP unidade curricular; ou, inclusive, até pode ocorrer o fenômeno linguístico da polissemia, como foi dito a propósito do termo PB licenciatura/PP licenciatura, pois em cada MNU as características desse tipo de curso superior não são exatamente iguais.

Nesse sentido, apesar de que ambos os termos possam ser entendidos e usados por falantes de português de ambos os lados do Atlântico, e, conseqüentemente, um brasileiro possa entender e usar *unidade curricular* e, por sua vez, um português *disciplina*, no contexto dos MNUs analisados, os termos que expressam o mesmo conceito são diferentes em cada caso.

A dimensão plurinacional e plurilíngue refere-se aos casos em que há dois ou mais países, cada um com a sua língua e o seu próprio MNU. No caso, trabalhou-se com três países e duas línguas. Além das dificuldades específicas já descritas, referidas ao Brasil e a Portugal, acrescentou-se a de trabalhar com duas línguas diferentes (espanhol e português). A principal dificuldade consistiu em registrar nos corpora o mesmo conceito nos três MNUs e os termos que os expressavam.

Desde uma perspectiva plurinacional e plurilíngue, considerando a proximidade entre espanhol e português, especificamente, confirmou-se que ocorrem, dentro da terminologia acadêmica, fenômenos linguísticos relacionados com a semântica presentes também na linguagem comum, como os falsos cognatos ou falsos amigos, principalmente quando em português e espanhol os termos são homônimos. Exemplos tão significativos como PB licenciatura/EA *licenciatura*, PB licenciado/EA *licenciado*, PB professor/EA *professor* etc., dão fé dessa circunstância.

Referências

ARGENTINA. Ley nº 24.521 de 7 de agosto de 1995. *Boletín Oficial de la República Argentina*. Buenos Aires, 10 agosto 1995. Sección Primera, p. 1-5.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*. Brasília, D. F., 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833.

CABRÉ, M. T. Elementos para una teoría de la Terminología: hacia un paradigma alternativo. *El Lenguaraz*. Buenos Aires, v.1, n. 1, p. 69-92, 1998.

_____. *La terminología: Representación y comunicación: Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Girona: Documenta Universitaria, 2005.

PASCUA VÍLCHEZ, F. *Glossário bilíngue português-espanhol/ espanhol-português de termos acadêmicos*. 2014. 325 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2014.

PORTUGAL. Regulamento Acadêmico da Universidade de Coimbra. *Diário da República*. Lisboa, 12 abr. 2010. 2ª Série, p. 18.696-18.707. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/doutoramentos/pdfs/regulamento_academico_Regulamento%20no344_2010_12Abril2010.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Estatuto Universitario*. Buenos Aires, 1983. Disponível em: <<http://www.uba.ar/download/institucional/uba/9-32.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

_____. *Expediente UBA N° 40.864/ 2013*. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://www.uba.ar/archivos_uba/Temario%2028-08-13.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Plan de Estudios Licenciatura en Geografía*. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://www.uba.ar/download/academicos/carreras/lic-geografia.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Resolución (CS) N° 3421/ 88*. Buenos Aires, 1988. Disponível em: <<http://www.uba.ar/download/institucional/estatutos/132-139.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Resolución (CS) N° 3836/11*. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://www.uba.ar/archivos_uba/2011-12-14_3836.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Resolución (CS) N° 5.918/12*. Buenos Aires, 1997. Disponível em: <<http://www.uba.ar/posgrados/reglamentos/reglamento%20especializacion.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Plano de Estudos Licenciatura em Física*. Coimbra, 2013. Disponível em: <<http://apps.uc.pt/courses/PT/course/349>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Deliberação Câmara de Graduação N° 011/ 2008*. Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/deliberacoes/deliberacao_11_08.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Estatuto*. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/oem/Estatuto_Atualizado_11_11_2011.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Regimento Geral*. Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/oem/Regimento_Geral_Atualizado_2011_05_23.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2014.

_____. *Regulamento do TCC de Zootecnia*. Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/cca/zootecnia/pages/arquivos/resolucao%20TCC%20zootecnia.doc>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Artigo recebido em: 16/11/2016.

Artigo aceito em: 23/12/2016.

Artigo publicado em: 23/12/2016.